

Trabalho, Magistério e Gênero em Nova Iguaçu

Miriam de Oliveira Santos - mirsantos@uol.com.br¹

Dandara de Oliveira Ramos - dandaradeoliveiramos@yahoo.com.br²

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar os dados obtidos nos arquivos disponíveis sobre gênero e magistério de 1930 a 2000, no município de Nova Iguaçu especialmente aqueles relacionados às escolas normais e a secretaria municipal de educação. Nesse período ocorreu uma transformação na educação e uma grande quantidade de mulheres entraram na profissão, ainda encarada como se o magistério fosse uma extensão do lar. É importante lembrar que inicialmente o magistério era um trabalho exclusivamente masculino e somente os homens estudavam e ensinavam. Analisaremos como a mulher passou a se dedicar ao trabalho docente e de que maneira esta área passou a ser vista como uma profissão feminina por excelência, inclusive associando-a a necessidade de qualidades “femininas” como, por exemplo, a maternidade e sensibilidade. As condições sociais que a mulher tinha na sociedade são transpostas para as instituições escolares e resultam em separações e discriminações efetuadas com base nas relações de gênero e ainda em uma desvalorização do magistério a partir da inserção feminina. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica, bem como entrevistas, histórias de vida e depoimentos. Objetiva-se contribuir para uma história do trabalho docente em Nova Iguaçu.

Com base nos estudos realizados por NOGUEIRA(2004), podemos afirmar que o trabalho feminino existe desde o século III d. C, onde os filósofos faziam questionamentos a respeito das mulheres: o que são e quais suas funções. Afirmavam que antes de tudo, as mulheres tinham seu lugar e seus deveres, ou seja, já existia desigualdades nas relações de classe e gênero.

Com a Revolução Industrial, no séc XIX, ocorre uma intensificação da inserção feminina no mundo do trabalho, já que a maquinaria podia dispensar o uso da força muscular. Então, junto com o advento da maquinaria ocorre o ingresso definitivo da mulher no mercado de trabalho. Com a entrada da mulher

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e professora adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do mestrado em Educação Agrícola da mesma universidade.

² Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Bolsista do CNPq no projeto de Iniciação Científica intitulado: “A Feminização do Magistério no Município de Nova Iguaçu:Um Estudo de Caso”.

nas fábricas, o capital começa a se beneficiar, uma vez que, tarefas como costurar, remendar, bordar, etc., são substituídas pela compra de mercadorias já confeccionadas, aumentando assim a circulação de mercadorias.

Um fator importante, era o fato da mão-de-obra feminina custar mais barato. Com isso, permitia-se que o capitalismo extraísse o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensa jornada e dos salários mais baixos que os masculinos. Na década de 70, a mulher trabalhadora intensifica suas lutas pela sua emancipação, acentua sua luta política e sindical.

A sociedade brasileira ainda bastante conservadora da década de 70 assistiu estarecida verdadeiras revoluções feministas. As mulheres (...), não mais se aceitaram somente como reprodutoras da raça(...) O casamento deixou de ser a única opção de vida. (ALMEIDA, 1996 p.72)

Para ALMEIDA (1996), o feminismo levou à introdução do conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos, num sentido amplo o gênero passa a ser entendido como uma construção social, cultural e histórica elaborada sobre a diferença sexual existente entre homens e mulheres.

Diante disso, a perspectiva feminista permite por parte das mulheres, apropriar-se de uma consciência política que as mobilize no sentido de levar à apreensão de que as desigualdades só serão superadas se forem abolidas as divisões sociais de sexo, assim como de raça e classe social.

Iniciaremos com um histórico de como o magistério se tornou um nicho profissional feminino.³ É importante lembrar que inicialmente o magistério era exclusivamente masculino e somente os homens estudavam e ensinavam.

Até a independência do Brasil não existia educação popular, mas depois dela o ensino, pelo menos nos termos da lei, se tornou gratuito e público, inclusive para mulheres. Isso aconteceu a partir da primeira lei do ensino, datada de 1827, que deu direito à mulher de se instruir (porém com conteúdos diferenciados dos ministrados aos homens) e que admitiu o ingresso de meninas na escola primária (BRUSCHINI e AMADO, 1988). A partir daí a formação de professoras do sexo

³ A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e emprego aponta que em 2006, dos 2.949.428 postos de trabalho para professores 77% eram ocupados por mulheres.

feminino se fez necessária, pois os tutores deveriam ser do mesmo sexo que seus alunos.

A noção de que as mulheres devem ser controladas está implícita nas atividades que ela exerce e que sempre exerceu na sociedade e a sua aceitação da mulher como docente não vai mudar as relações excludentes de gênero.

Mesmo quando a mulher entra no mercado de trabalho, essa noção de controle está implícita nas atividades que ela exerce. Podemos perceber isso na afirmação de Bruschini e Amado (1988, p. 6):

De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos — especialmente os do sexo oposto.

Mas o controle e a administração do ensino continuavam sob gerência masculina. Por mais que a educação tenha passado por algumas mudanças na prática escolar, a feminização do magistério continua se perpetuando mais e mais, desvalorizando o papel da mulher docente ano após ano. E o homem continuou se distanciando das salas de aulas infantis.

No entanto, a condução da educação não era exercida pelas mulheres, elas apenas lecionavam. A estruturação da mesma, os cargos administrativos e de liderança, eram geridos pelos homens. Dessa forma, havia um grande controle sobre a atuação das professoras, inclusive sobre sua sexualidade. A escola continuava relegando a mulher a um plano secundário, perpetuando a submissão existente na sociedade patriarcal.

Observamos que, no decorrer do século XX, os homens que se dedicavam à educação possuíam facilidades de promoção na carreira do magistério e no sistema educacional em geral, enquanto as mulheres tinham uma ascensão profissional muito difícil, o que as fazia continuar na carreira de professora primária por longo tempo.

Uma das possíveis explicações para essa dificuldade pode estar relacionada com o fato de que quem cursava o normal até a década de 1940 não podia ter acesso aos cursos superiores. Dessa forma, as mulheres, que já eram maioria nessa área, dos institutos normais não podiam continuar seus estudos e, assim, tinham que se restringir ao magistério primário. Após essa década abriu-se

caminho para que as alunas oriundas dos cursos normais pudessem cursar alguns cursos de Filosofia, e, a partir de 1953, sua entrada nos demais cursos superiores foi franqueada.

Após a entrada maciça da mulher no magistério, o homem foi, até mesmo, impedido de ingressar nos cursos normais. O decreto 7941, promulgado em 1943 no Distrito Federal, que na época era a cidade do Rio de Janeiro, que criou uma nova organização para o Curso Normal, *proibindo* o ingresso de pessoas do sexo masculino no Curso Normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Ao longo do século XX a educação passou por algumas mudanças na prática escolar, mas, a feminização do magistério continua se perpetuando cada vez mais, desvalorizando o papel da mulher docente ao longo dos anos. Enquanto os homens se distanciavam do trabalho com as séries iniciais, optando por trabalhar em outras áreas mais rentáveis, como as disciplinas específicas (Matemática, História, Geografia, Biologia etc.) ou nos cargos de comando na educação.

Santos (2008), afirma que devido aos baixos salários e a existência de mulheres que aceitavam esses rendimentos, a escola normal se tornaria tipicamente feminina. Para justificar, a saída dos homens da docência, procurava-se afirmar a inclinação da mulher para a profissão. Assim, a docência passou a adquirir traços tipicamente femininos como paciência, fragilidade, amabilidade, etc.

Corroborando esse ponto de vista Catani (1997, p. 28-29) afirma que:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres.

A associação da atividade de magistério a um “dom” ou a uma “vocação” feminina baseia-se em explicações que relacionam o fato de a mulher gerar em seu ventre um bebê com a “conseqüente função materna” de cuidar de crianças; função esta que seria ligada à feminilidade, à tarefa de educar e socializar os

indivíduos durante a infância. Dessa forma, a mulher deveria seguir seu “dom” ou “vocação” para a docência.

. Diante disso, o magistério primário passou a ser visto como uma “extensão do lar” e as professoras como “segundas mães”, por isso a profissão estar relacionada à questão da maternidade, concomitantemente uma questão feminina.

Enfim, para Nóvoa (1992), a feminização do magistério, em especial o magistério das séries iniciais é um dos principais aspectos que contribuíram para desvalorização social da profissão, pois tem em sua gênese como profissão, características como: docilidade, falta de competitividade e obediência, sendo estes fatores de suma importância para a manutenção da ordem que, aliado ao fato da escola ser concebida como o espaço do silêncio, da obediência, da disciplina, lugar de ouvir e não falar, transforma a educação e a professora em meros reprodutores de um sistema.

Na cidade do Rio de Janeiro a formação de professores é institucionalizada em 1880 através da fundação da Escola Normal do Município da Corte, que em 1930 seria transferida para a Tijuca com o nome de Instituto de Educação.

Os dados preliminares que obtivemos para Nova Iguaçu comprovam aquilo que a literatura aponta para o estado do Rio de Janeiro e o Brasil de um modo geral, a única singularidade observada é que, talvez pela implantação tardia do ensino regular no município, o processo de feminização ocorreu nas primeiras décadas do século XX e não na transição do século XIX para o XX.

Contexto Histórico

O município de Nova Iguaçu fica na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, na área denominada Baixada Fluminense que é composta por 13 municípios. Nova Iguaçu é o maior município desta região, com 524,04 km². Sua população atual é de 830,902 habitantes, apresentando assim alta densidade demográfica (1.449,60 hab/km²). As mulheres somam 51,5% do total desses habitantes. Também nota-se que 57,6% são adultos, tendo um índice de alfabetização de 93% da população acima dos dez anos de idade. Nova Iguaçu ocupa o 45^a colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado e é considerado de médio Desenvolvimento Humano. Conta hoje com

maior atividade no setor de serviços 77,88% , seguido da indústria, com 14,22% (dados do IBGE, 2005, In: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

Historicamente, o município teve sinais de progresso em sua economia no final do século XIX e início do XX, quando se tornou a referência do estado na produção de laranjas. A citricultura chegou a seu ápice no município entre as décadas de 1920 e 1940. A proximidade com a metrópole, o transporte do produto pela via férrea além das boas condições de solo favoreceu a citricultura atraindo vastos investimentos para a região. Porém o crescimento foi interrompido com a queda nas exportações diante do início da Segunda Guerra Mundial, levando a economia ao declínio. A citricultura é atacada também pela debilidade no transporte, que já carecia de investimentos para sua melhora, além de dificuldades no armazenamento dos produtos e infestação de pragas que devastam plantações (Soares, 1964).

Assim, Nova Iguaçu que compreendia nove distritos experimenta um período de crise e fragmentação nas décadas finais do século passado. Entre seus distritos havia diferenças marcantes e regiões claramente independentes do poder central e cuja população se caracterizava como suburbana e estabelecendo relações de trabalho diário com a Metrópole do Rio. Desta forma nota-se a independência destas regiões, que hoje compõem os municípios da Baixada Fluminense.

A industrialização no Rio de Janeiro favoreceu muito mais a metrópole, com a instalação das sedes das grandes empresas na cidade do Rio, em detrimento de outras regiões. O município de Nova Iguaçu foi contemplado nesta época com investimentos no setor metalúrgico, elétrico e mecânico, mas tal fato não foi o suficiente para oferecer empregos a crescente população, que encontra na metrópole maiores oportunidades de trabalho. A região da Baixada passa então a ser periférica, estando mais voltada à economia da capital. O movimento migratório no país a partir de 1970 mostra que a capital fluminense se tornou muito atrativa para os imigrantes que buscavam melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. Mas ao chegarem a Metrópole se deparavam com o problema do local não possuir capacidade suficiente para absorver essa população migrante. Muitos encontraram facilidade de moradia nas regiões hoje favelizadas da cidade, outros preferiram migrar para as áreas periféricas, e a Baixada Fluminense acolheu grande parte destes imigrantes. Este fato favorece a

chegada de pessoas de diversas regiões do estado e também do país que passam a residir na Baixada. ⁴

A educação em Nova Iguaçu

O primeiro estabelecimento de ensino regular da Região de Nova Iguaçu foi o Gymnázio Leopoldo fundado em 1930⁵, apesar de ser uma escola particular foi subvencionado pelo governo municipal e recebeu quinhentos mil reis mensais a partir da sua instalação ficando também isento de impostos municipais.

Através de um artigo publicado no jornal “O Globo” de 09/02/1930 pudemos descobrir que o colégio oferecia internato para meninos e externato para ambos os sexos e ensino secundário. O diretor era o professor Leopoldo Machado Barbosa e o corpo docente composto pelos seguintes professores: Alberto Nunes Brigagão, Cledon Cavalcante, João Barbosa Ribeiro, José Pedro Cardoso, Henedina de Barros Caulino e Orlando José Fernandes, William Boardman, Marília de Almeida Barbosa e Leopoldina Machado Barbosa.

Ou seja, entre 9 professores, três eram mulheres (Um terço do corpo docente), sendo que duas eram a esposa e a irmã do diretor.

No entanto ao longo de seus 79 anos de história o colégio nunca teve uma mulher ocupando o cargo de direção. Seu primeiro diretor foi o fundador o prof. Leopoldo Machado Barbosa, com o seu falecimento em 1957 assume a direção o seu cunhado o professor Newton de Barros. Atualmente existe uma divisão entre a direção executiva exercida por Paulo de Tarso Machado de Barros e a divisão técnica que está nas mãos da professora Anna Maria Ernesto Ferreira Machado.

Considerações Finais

Ao iniciar a pesquisa desejava-se compreender como se deu o processo de feminização do magistério, no Município de Nova Iguaçu e como era discutido as questões de gênero e poder dentro do contexto escolar. Procurava-se confirmar que o processo de feminização ocorreu da mesma forma em todas as regiões do Brasil.

⁴ Dados obtidos através do site da prefeitura de nova Iguaçu.

⁵ Essa escola funciona até hoje porém mudou de nome para Colégio Leopoldo.

A partir das bases teóricas, percebeu-se que esse processo aconteceu em todas as regiões do Brasil de formas parecidas, respeitando é claro as especificidades de cada lugar. Em Nova Iguaçu não foi diferente, a escolha do Colégio Leopoldo justifica-se por ser a primeira escola da Baixada Fluminense e a ter, em seu quadro de funcionários, mulheres.

Durante as visitas ao Colégio Leopoldo, percebe-se que o magistério primário é tipicamente feminino e o que o seu professorado está na escola, há aproximadamente 20 anos. As professoras do Colégio Leopoldo, em sua maioria, após concluírem o curso de Magistério na própria escola, começaram a lecionar na mesma e continuam até o presente momento.

Essas informações foram colhidas a partir de conversas informais com os professores sobre a sua história de vida e a sua visão sobre o magistério. Diniz (2004) afirma que as mulheres ao referirem-se a sua profissão escondem sua própria condição de mulher, ao falar de si próprias no sexo masculino- professores e não professoras- elas escondem além de sua condição de mulher os diversos discursos que atravessam essa condição. Ao esconder o gênero feminino promovem um silenciamento que permeia os diferentes espaços da mulher professora.

Enfim, a partir dessa afirmação percebe-se que o magistério continua sendo visto como uma extensão do lar, a maternidade, a amabilidade e a afetividade relacionadas as características ditas femininas.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. 1996. p. 71-78.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev., 1988.

CAMPOS, Christina Siqueira de Souza e SILVA, Maria Vera Lucia Gaspar da (org.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, CDAPH, 2002.

CATANI, D. et al. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. In: CATANI, D. et al. (org.) *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes e Miranda, Shirley Aparecida. *O que produz o silenciamento das mulheres no magistério?* In: DINIZ, Margareth e VASCONCELOS, Renata Nunes (org.). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte. 2004. p.22-48.

FAGUNDES, Teresa Cristina Pereira Carvalho. *A mulher como profissional de educação: alguns aspectos de sua trajetória de formação*.
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/article/viewFile/2920/2087>

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas. In *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997

LOURO, Guacira. Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARAFON, Gláucio José, RIBEIRO, Miguel Angelo, SILVA, Cláudia Maria Arantes, SILVA, Eduardo Sol Oliveira da, LIMA, Marcos Rodrigues Ornelas de. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto, Edições Afrontamentos, 1976.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP. Autores Associados. 2004.

NÓVOA, Antonio. Os professores e sua história de vida. In: NÓVOA, A. *Vida de Professores*, Porto: Porto Edições, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. In:
<http://www.ww.novaiguacu.rj.gov.br>. Acessado em 25 de abril de 2009.

ROSEMBERG, F.; AMADO, T. "Mulheres na escola." *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, p.62-74, fev. 1992.

SANTOS, Elizabeth Ângela dos. *Profissão Docente: Uma questão de gênero?* In: *Fazendo Gênero nº8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis. 2008

SHELBAUER, Analete Regina e NOGUEIRA, Juliana Keller. *Feminização do Magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do Primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro*. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27. 2007. P. 78-94.

TAMBARA, Elomar. A Feminilização da feminização do magistério no Brasil. In: *VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação*. 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*. 2000. P.61-88.

TORRES, Cláudia Regina Vaz; SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador. UFBA. 2001. p.129-142.